



**Permanent Mission of  
The Republic of Angola to the United Nations**

**DISCURSO DE**

**SUA EXCELÊNCIA  
EMBAIXADOR ISMAEL A. GASPARD MARTINS  
REPRESENTANTE PERMANENTE  
DA REPÚBLICA DE ANGOLA  
JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**E**

**CHEFE DA DELEGAÇÃO ANGOLANA**

**NO DEBATE GERAL DA 67ª SESSÃO  
DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**

**NOVA IORQUE, 1 DE OUTUBRO DE 2012**

Senhor Presidente,  
Senhor Secretário-geral,  
Distintos delegados,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em nome do Governo da República de Angola aproveito esta oportunidade para felicitar o Senhor Vuk Jeremic, pela sua eleição à presidência da presente sessão da Assembleia Geral e assegurar o apoio do meu país no cumprimento da Vossa missão.

É convicção da delegação angolana de que, sob a presidência de Vossa Excelência, esta sessão confirmará a importância da Assembleia Geral na busca de soluções para questões candentes que afectam a humanidade, contribuindo assim para um mundo que seja mais seguro e justo.

Gostaria igualmente de expressar o nosso reconhecimento à Sua Excelência Senhor Nassir Abdulaziz Al-Nasser pela forma sábia e exemplar como conduziu os trabalhos da sessão precedente.

Saúdo ainda o Senhor Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, pelo dinamismo que tem imprimido à acção da nossa organização. Neste particular, que me seja permitido agradecer a visita que efectuou ao meu país, em Fevereiro deste ano, por ocasião das comemorações do 10º aniversário da Paz em Angola, em que teve a oportunidade de se inteirar dos avanços da reconstrução do meu país, bem como da consolidação das instituições democráticas.

Senhor Presidente,

A presente sessão da Assembleia Geral decorre num contexto internacional de profundas transformações políticas, económicas e sociais, traduzindo a pertinência do tema central do nosso debate. Efectivamente, garantir a Paz e a Segurança Internacionais; Erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento; Proteger o Meio Ambiente e salvaguardar os ecossistemas para as gerações vindouras; as Alterações Climáticas; Garantir o primado do direito nas relações internacionais; Promover e garantir a defesa dos direitos humanos, são desafios ingentes com que nos confrontamos.

A estes desafios acrescem outros que requerem igualmente a atenção prioritária da nossa Organização, nomeadamente o desarmamento, o combate ao crime organizado, a implementação da estratégia de luta contra o terrorismo, a persistência de conflitos armados e o seu impacto na vida das populações.

Tendo uma experiência de guerra dolorosa que ainda tem reflexos na vida das populações, Angola considera que o diálogo e a negociação são as vias para a resolução pacífica dos conflitos.

Angola continuará a cumprir as suas obrigações e assumir as suas responsabilidades no plano internacional, em especial no que diz respeito à África, e em particular no quadro regional e dos agrupamentos económicos e políticos em que está inserida, nomeadamente, a SADC, CPLP, CEEAC e Grandes Lagos.

Senhor Presidente,

A crise económica e financeira internacional, ao afectar todos os países do mundo, exige soluções que passam pela reforma do sistema económico-financeiro e do comércio internacional de modo a servir, numa perspectiva global, os interesses de todos os países.

Neste contexto, o meu Governo reitera o apoio às iniciativas visando a liberalização do comércio internacional, no âmbito da Ronda de Doha. A reforma das instituições reguladoras do sistema económico e financeiro internacional assume uma importância crucial para garantir maior fluidez e transparência na afectação de capitais para os países menos desenvolvidos, categoria na qual se enquadra a maioria dos países africanos.

Nesta óptica, é essencial que se tomem medidas adequadas visando reforçar o apoio às acções internacionais de desenvolvimento sustentável, assim como o aumento dos recursos financeiros do orçamento das Nações Unidas, através de contribuições que permitam a nossa Organização cumprir com o seu mandato de forma eficiente.

A Conferência Rio + 20, ao renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável contidos na Agenda 21 adoptada, oferece uma base sólida na definição de políticas a nível nacional e internacional para garantir o bem-estar social, económico e ambiental dos nossos povos.

Constatamos que não obstante os progressos registados, persiste a necessidade da comunidade internacional traduzir os compromissos assumidos em acções em prol do alcance do desenvolvimento sustentável. Para África e o meu país, em particular, julgamos necessários esforços redobrados da comunidade internacional para aqueles fenómenos que ameaçam reverter os progressos alcançados no nosso desenvolvimento. A Seca e a Desertificação, as Alterações Climáticas, as calamidades naturais, a redução de biodiversidade, a rápida urbanização, entre outros, são fenómenos que afectam negativamente os esforços de desenvolvimento do mundo.

Senhor Presidente,

O Conselho de Segurança joga um papel preponderante na prevenção e resolução de conflitos e na manutenção da paz em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pela Carta das Nações Unidas.

O tema central, objecto do nosso debate, interpela-nos para a necessidade da reforma do Conselho de Segurança e para o imperativo de uma representação equitativa de todas as regiões do mundo pelo alargamento do número dos seus membros permanentes, adequando-o, assim, à realidade contemporânea.

Permita, senhor presidente, que aborde um conjunto de situações de conflitos, que preocupam o meu país com particular acuidade:

Na região dos Grandes Lagos, o conflito na R.D. Congo continua a preocupar a comunidade internacional. Reafirmamos o apoio às decisões saídas da III Cimeira Extraordinária de Kampala da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, bem como os esforços desenvolvidos pela União Africana e a SADC.

Angola congratula-se com a normalização do quadro jurídico/constitucional na Somália, como resultado da conclusão do processo de transição, com a investidura do Presidente Hassan Sheikh Mohamud. Tendo em atenção a situação de instabilidade ainda prevalecente, apelamos as comunidades internacional para que se prossiga com determinação o apoio ao processo de estabilização da Somália.

A situação no Sudão conheceu recentemente desenvolvimentos positivos. Saudamos os acordos alcançados entre as Repúblicas irmãs do Sudão e do Sudão do Sul com vista a resolução do seu diferendo e exortamos os actores do país a um firme engajamento traduzido em

vontade política que garanta a implementação dos compromissos assumidos.

Em relação ao Mali, deploramos o agravamento da situação humanitária como consequência da crise prevalecente no país. Angola apela à comunidade internacional a dar provas de determinação, contribuindo decisivamente para garantir a unidade, a soberania e a integridade territorial do Mali.

Na República irmã da Guiné-Bissau, defendemos uma solução inclusiva e duradoura. Temos a certeza que um engajamento da nação Guineense, que torne possível a real inclusão de todos os actores nacionais, na busca de uma solução a crise, resultará na normalização da ordem constitucional, no âmbito das pertinentes resoluções do Conselho de Segurança, União Africana, CPLP e da CEDEAO.

É com preocupação que registamos os fracos progressos na resolução da questão do Sahara Ocidental e apelamos às partes a prosseguirem as negociações, sob os auspícios das Nações Unidas, para que o Povo do Sahara Ocidental exerça o seu direito à autodeterminação.

A situação no Médio Oriente, particularmente nos territórios palestinos, constitui um dos mais graves problemas do tempo presente com que a Comunidade internacional se vê confrontada. Angola defende a criação de um Estado Palestino independente, vivendo lado a lado com o Estado de Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas, em consonância com a posição da comunidade internacional.

O conflito na Síria encerra graves perigos para a paz e segurança internacionais e agrava seriamente a situação humanitária na região. Apelamos à comunidade internacional a apoiar os esforços do mediador das Nações Unidas e da Liga Árabe na busca de uma solução negociada do conflito.

O embargo imposto à Cuba viola as regras do direito internacional e tem sido ao longo de décadas um grande impedimento ao desenvolvimento daquele país e à melhoria de vida do povo cubano. Angola reitera a sua posição de princípio para que seja posto fim ao embargo, em conformidade com as pertinentes resoluções das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A política externa de Angola manter-se-á assente no respeito mútuo e vantagens recíprocas, na boa vizinhança e no fortalecimento da integração económica regional. Angola continuará a respeitar todos os compromissos internacionais e os tratados internacionais de que é parte.

Dez anos após a conquista da paz, Angola tem registado avanços significativos na consolidação do processo democrático. Realizou, a 31 de Agosto do corrente ano, eleições gerais num clima de civismo e de paz, demonstrando a maturidade política do seu povo, tendo os resultados traduzido a vontade soberana dos angolanos, conforme foi constatado pelos observadores internacionais que acompanharam o escrutínio.

Angola vive, neste momento, com alegria, a investidura dos órgãos de soberania, nomeadamente, do Presidente da República e da Assembleia Nacional (Parlamento), bem como a tomada de posse dos membros do Governo.

Assiste-se a um processo dinâmico de reconstrução e desenvolvimento marcado pela consolidação da estabilidade macroeconómica, com reflexos positivos na estabilização da moeda nacional, a reabilitação e modernização das principais infraestruturas produtivas e sociais, nomeadamente, a reconstrução de estradas, de linhas férreas, dos sistemas de fornecimento e distribuição de energia eléctrica, dos sistemas de abastecimento de água, do saneamento básico e da rede de telecomunicações, que vem contribuindo para a progressiva melhoria das condições de vida dos angolanos.

A estabilidade política e o reforço da capacidade institucional viabilizaram o crescimento médio da economia angolana a uma taxa de cerca de 9,2% nos últimos cinco anos, sendo que o sector não petrolífero cresceu em média a uma taxa de 12%. Esses níveis de crescimento resultam da eficácia das medidas tomadas pelo Governo, com vista a estabilidade dos indicadores macroeconómicos de natureza fiscal, monetária e cambial que permitiram reanimar a economia.

O combate à fome e a luta pela redução e erradicação da pobreza, pelo seu impacto na vida da população, constituem dois dos maiores desafios que se colocam ao Estado angolano, pois são factores preponderantes para a construção de uma sociedade próspera e de justiça social.

Apesar dos êxitos alcançados na última década, não foi possível atingir, como era o nosso objectivo, as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Todavia, os índices de desenvolvimento macroeconómico registados no país permitiram que o Comité de Política e de Desenvolvimento do ECOSOC considerasse Angola elegível para graduação dos PMA's a partir de 2015.

Em nome do Governo de Angola, agradecemos a confiança dos investidores e a ajuda dos parceiros internacionais que, ao complementar o investimento oriundo de fontes nacionais, serviu para tornar possível o nível de crescimento económico que Angola tem vindo a experimentar.

Temos consciência de que muito ainda resta a fazer para que as altas taxas de crescimento registadas nos últimos se reflectam de modo efectivo, gradual e sistemático na elevação do bem-estar do povo angolano, por uma melhor distribuição do rendimento nacional, por meio do aumento dos níveis de emprego, em particular dos jovens, e de maiores e melhores investimentos no domínio da assistência social.

Senhor Presidente;

Ao terminar, não posso deixar de reiterar o compromisso de Angola com os princípios e objectivos inscritos na Carta das Nações Unidas, e que continuaremos a ser um actor comprometido na busca de soluções para os desafios que a comunidade internacional enfrenta.

Muito obrigado pela Vossa atenção.